

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 87ª REUNIÃO**

4>Data: 17 de outubro de 2006 (9h45 às 17h10).

5Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

6PARTICIPANTES:

7Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8Ministério da Justiça: (ausência)

9Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)

10Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)

11Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos

12(mauricio.lopes@ana.gov.br)

13Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalón (marina.scalon@mme.gov.br)

14Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Espírito Santo e Minas Gerais: Adriana Araújo Ramos

15(adriana.ramos@igam.mg.gov.br)

16Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro e São Paulo: Luiz Fernando Carneseca

17(lcarneseca@sp.gov.br)

18Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia e Ceará: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas

19(crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)

20Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Piauí: João Carlos Santos da Rocha

21(jcsdr@uol.com.br)

22Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)

23Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

24Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho

25(azefilho@hotmail.com)

26Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@siteplanet.com.br)

27Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski

28(donizete@ecodata.org.br)

29Organizações não governamentais: Rafael Ferreira Filippin (rafaelfilippin@hotmail.com.br)

30Organizações técnicas de ensino e pesquisa: Marco Antonio Almeida de Souza (maasouza@unb.br)

31CONVIDADOS:

32Andréa Carestiatto – Instituto Ipanema/FBOMS (andreacarestiatto@institutoipanema.net)

33Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

34Célia Regina Buono Palis Poeta – CETESB/SP (celiap@cetesb.sp.gov.br)

35Everton Luiz da Costa Silva – SUDERHSA/PR (veto@suderhsa.pr.gov.br)

36Gabriela Rocha – Elabore Consultoria (gabriela.rocha@elabore.com.br)

37Ivanosca Rocha Miranda – IDEMA/RN (ivanosca@rn.gov.br)

38João Paulo Vieira de Oliveira – SDS/AM (joaopaulojp@yahoo.com.br)

39José Cupertino Tenório Netto – MME (jc-tenorio@uol.com.br)

40José Luiz Miranda de Almeida – Min. Integração Nacional (joseluizmiranda@yahoo.com.br)

41Leila Carvalho Gomes – DAEE/SP

42Leonardo Mitre Alvim de Castro – ANA (mitre@ana.gov.br)

43Luciana Hemétrio Valadares – DAI/SECEX/MMA (luciana.valadares@mma.gov.br)

44Marcelo Parati – DAI/SECEX/MMA (marcelo.parati@mma.gov.br)

45Maria Aparecida Pimentel Vargas – CEIVAP (vargasma@terra.com.br)

46Maria Lorenzza Pinheiro Leite – SECTMA/PE (lorenzza@sectma.pe.gov.br)

47Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@uaigiga.com.br)

48Patrick Thomas – ANA (patrick@ana.gov.br)

49Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)

50Rodrigo Fraga Massad – Ministério das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br)

51Rodrigo Roubach – SEAP/PR (roubach@seap.gov.br)

52Rosa Geissler – IPAAM/AM (geissler@ipaam.br)

53Veroni Korilo – SRH/MMA (veroni.korilo@mma.gov.br)

54Wilson Bonança – FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br)

55Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues – SRH/BA (zoltan@srh.ba.gov.br)

56RELATOR:

57Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

58 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

59 Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de outubro de 2006, no miniauditório
60 da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 87ª reunião da
61 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, do Conselho Nacional de Recursos
62 Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
63 (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e desejou boas vindas a todos.
64 Nos **Informes**, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) falou sobre as listas de discussão
65 criadas na *internet* para fomentar os debates desta CTIL, uma para o GT “Água e florestas” e
66 outra para o tema da representatividade nos processos eletivos do CNRH. O Sr. Donizete
67 Tokarski (Consórcios) falou sobre o “Programa de Capacitação e Educação Ambiental”, uma
68 ação do Ministério da Integração Nacional, através da Ecodata, que teria como objetivo
69 mobilizar, articular e sensibilizar os atores institucionais e usuários dos recursos hídricos de vinte
70 municípios do Estado de Goiás, capacitando-os para o uso racional, a preservação, recuperação e
71 conservação dos recursos naturais do cerrado, em especial da bacia do Alto Tocantins. A Sra.
72 Andréa Carestiatto (ONGs) informou sobre o documento apresentado pelo Instituto Ipanema
73 (**Anexo II**) que, “com base no disposto no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868, de 1999, na qualidade de
74 *amicus curiae*, se manifesta em face da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela
75 Confederação Nacional da Indústria – CNI, referente à Lei Estadual do Estado do Rio de Janeiro
76 nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, pelo entendimento que esse dispositivo legal viola a
77 repartição constitucional das competências e o direito constitucional de participação na
78 Administração Pública”. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) considerou a importância dessa
79 manifestação, sobretudo em face da ofensa da Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de
80 Janeiro, e aos parágrafos do art. 24 da Carta Federal, que determinam à lei estadual, no âmbito da
81 competência concorrente, observância às normas gerais estabelecidas pela Lei da União nº 9.433,
82 de 1997, que instituiu o SINGREH. O Sr. João Clímaco (ONGs) falou sobre o IV Encontro
83 Nacional do FONASC-CBH, sob o título “A eficácia dos instrumentos de gestão da Política
84 Nacional de Recursos Hídricos para a gestão social das águas”, a realizar-se de hoje, 17 de
85 novembro 2006, até 20 de novembro, nesta cidade de Brasília-DF. Disse que os debates
86 serviriam de respaldo para as propostas do segmento de futuros trabalhos para as Câmaras
87 Técnicas do CNRH. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) informou sobre a realização de
88 reunião plenária do CEIVAP no próximo dia 19 de novembro. No dia anterior, prosseguiu,
89 ocorrerá reunião do Comitê da porção paulista da bacia do rio Paraíba do Sul, para debate sobre
90 a cobrança nos rios da bacia sob o domínio do Estado de São Paulo. A Sra. Andréa Carestiatto
91 (ONGs) informou ainda sobre as ações da Parceria Lusófona pela Água, envolvendo capacitação
92 em recursos hídricos, a ser realizada em Brasília, nos dias 7 e 8 de dezembro próximo. Fez um
93 convite a todos para participação e o enriquecimento dos debates. Referindo-se à pauta da
94 reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs uma inversão dos temas que, com a
95 aprovação de todos, passou a ser a seguinte: 1, 2, 4, 3, 5, 8, 6, 7 e 9. Passou então ao **Item 2:**
96 ***Aprovação da ata da 86ª reunião da CTIL***, o que ocorreu com as modificações propostas pela
97 Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês), Sra. Sonáli Oliveira
98 (Concessionárias de energia hidrelétrica) e Sra. Ninon Machado (ONGs), esta última conforme
99 encaminhado pela Sra. Andréa Carestiatto (ONGs). Passou-se então ao **Item 4: *Análise da***
100 ***proposta de Moção que “manifesta a posição do CNRH em defesa da proibição da importação***
101 ***de pneus usados e reformados” – apresentada pela Conselheira Ninon Machado.***
102 Apresentando a proposta de Moção (**Anexo III**), a Sra. Andréa Carestiatto (ONGs) fez um
103 histórico sobre a questão da importação de pneus usados e reformados, expondo sobre os
104 reflexos perigosos para o meio ambiente e a saúde pública do País. Destacou que o tema estaria
105 em debate em outros colegiados correlatos, como o Conselho das Cidades, o Conselho de Saúde
106 e o próprio CONAMA. Finalizou destacando a idéia trazida pela proposta de Moção, de apoio do
107 CNRH em defesa da proibição da importação de pneus usados e reformados. Nos debates, a Sra.
108 Maria Luiza Werneck (Indústria) questionou a competência do CNRH para deliberar sobre esse
109 tema. O Sr. Rafael Filippin (ONGs) disse que o tema seria pauta de debates em várias redes da
110 sociedade civil organizada. Indicou o interesse nacional sobre o assunto, destacando a
111 importância de uma manifestação política do CNRH, que não deveria se ater somente às

112questões técnicas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) expôs seu entendimento sobre o
113mérito indiscutível do tema, indicando-o como mais relacionado às competências do CONAMA,
114mas ressaltando que se deveria verificar sua interface mais direta com os recursos hídricos. O Sr.
115Maurício Vasconcellos (ANA), em reforço, disse que caberia na proposta de Moção a
116explicitação da influência e do reflexo da importação de pneus usados e reformados para os
117recursos hídricos. A Sra. Andréa Carestiatto (ONGs) disse que a destinação final desses pneus
118traria influência direta para os recursos hídricos e ponderou que isso deveria ser motivo de uma
119maior explicitação na proposta. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que caberia ao
120CNRH tratar sobre temas de sua competência e que, portanto, sugeria um encaminhamento da
121proposta ao CONAMA, como sugestão de pauta para suas CTs. O Sr. Wilson de Azevedo Filho
122(Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) expôs duas preocupações para o
123encaminhamento da proposta de Moção em pauta: a gestão política do tema no âmbito do CNRH
124e ainda, a atenção às suas competências. Com isso, e considerando as definições de resolução e
125moção trazidas pelo Regimento Interno, apontou a propriedade da utilização da ferramenta da
126moção para tratar do tema no âmbito do CNRH. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA)
127opinou que caberia a citação na proposta de Moção do inc. III, art. 3º, da Lei nº 9.433, de 1997,
128que indica como diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos
129Hídricos, dentre outras, “a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental”.
130Considerando os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs um retorno da
131proposta de Moção à responsável, com a recomendação de inserções com base no comentado
132nesta reunião, em especial o cunho político da ação e a explicitação da sua interface com
133recursos hídricos, trazendo argumentos mais sólidos para sua apresentação pelo CNRH, com
134atenção às suas competências. A Sra. Andréa Carestiatto (ONGs) indicou como de capital
135importância para os recursos hídricos a influência da disposição final dos pneus usados e
136reformados, considerando a sua vida útil sensivelmente diminuída. Disse que concordava com o
137encaminhamento acima proposto, se comprometendo a enriquecer o documento para uma
138apresentação posterior nesta CTIL. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de
139água para o lazer e turismo) apontou a pertinência da inserção de outros destinatários para a
140Moção, como a Câmara Federal. Ficou assim definido que essa proposta de moção, uma vez
141alterada, será tema de pauta da próxima reunião da CTIL. Passou-se então ao **Item 3: Análise da**
142**proposta de Moção que “recomenda a integração dos Comitês de Bacias Hidrográfica com os**
143**Comitês Gestores de Parques Aquícolas” – encaminhada pela CT de Análise de Projeto –**
144**CTAP.** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) convidou o Sr. Rodrigo Roubach (SEAP/PR),
145Gerente de Projeto da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República –
146SEAP/PR, para apresentar a matéria, uma vez que ela fora trazida para a CTAP pelo Conselheiro
147Marcelo Sampaio (SEAP/PR). O Sr. Rodrigo Roubach (SEAP/PR) informou que a SEAP/PR
148viria fomentando ações para a formação dos denominados parques aquícolas, visando
149desenvolver e agregar sistemas de produção aquícola. Considerando a interface do tema com
150recursos hídricos, disse que a proposta de Moção apresentada (**Anexo IV**) trazia indicações para
151uma integração visando a otimização da dinâmica de funcionamento dos comitês gestores desses
152parques aquícolas, através da participação, em sua composição, de integrantes do comitê da
153bacia hidrográfica envolvida. Nos debates, o Sr. Rodrigo Roubach (SEAP/PR) foi questionado e
154respondeu afirmativamente para o caráter deliberativo dos Comitês gestores, assim como para a
155sua condição de órgão colegiado criado, com competências e composição definidas no âmbito do
156Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003 (**Anexo V**), e da Instrução Normativa
157Interministerial nº 06, de 31 de maio de 2004 (**Anexo VI**). Pelo fato, a Sra. Maria Luiza Werneck
158(Indústria), considerando a proposta de Moção apresentada, expôs sua preocupação com a
159possibilidade de delegação de competências do denominado Comitê Gestor. Assim,
160preliminarmente, indagou se havia sido examinada a legislação pertinente à composição e
161atribuições desse Comitê, ou seja, se, de fato, ele possuía aquelas atribuições, para assim ser
162possível a delegação. Essa questão ficou de ser examinada para a próxima reunião. A Sra.
163Andréa Carestiatto (ONGs) fez observação referente ao terceiro “considerando” da proposta, se o
164termo “usuário” trazia a sociedade civil em sua abrangência. Também sobre os “considerando”,
165o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) observou a citação parcial das competências de um comitê

166de bacia. Disse ainda que o nome adotado, comitê gestor, poderia ocasionar confusões na região
167da bacia. Sugeriu que a proposta de integração fosse apresentada no sentido do envolvimento da
168participação do comitê gestor nas atividades do comitê de bacia, e apenas nesse sentido. A Sra.
169Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) concordou com a proposta do Sr.
170Donizete Tokarski (Consórcios) e apontou para a incompatibilidade entre o que está posto na
171ementa da proposta de Moção e o que estaria sendo por ela recomendado. Na ementa, disse,
172recomenda-se a integração entre os comitês ali citados, e entretanto, após os considerandos
173necessários, recomenda-se a instituição de comitê gestor de parques aquícolas e de suas funções.
174Disse que o citado Decreto nº 4.895, de 2003, não definia objetivamente a composição de um
175comitê gestor. Explicitou a necessidade de inserção da ANEEL na composição do Comitê
176Gestor, por deter a competência da concessão de outorga para a utilização de potenciais
177hidráulicos sendo a agência reguladora do setor elétrico, tendo inclusive determinado a
178elaboração, pelas concessionárias do setor, de um Plano de Gestão Sócio Patrimonial de seus
179reservatórios. Acrescentou que também o IBAMA atuaria exigindo das concessionárias a
180elaboração de um Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório. Explicitou então que
181tais planos, a operação dos reservatórios e a entrada dessa nova figura de usuário no sistema de
182reservatórios seriam assuntos inter-relacionados, ressaltando a necessidade de estabelecimento,
183para esse último, de regras, diretrizes e restrições para que a sua inserção viesse a ocorrer de
184forma harmônica com os usos já instalados, a fim de que não sejam apenas as concessionárias de
185geração hidrelétrica a absorver novas restrições. Pelo citado, observou que caberia uma
186normatização da questão dos parques aquícolas e seus comitês gestores, inclusive com a
187verificação deste último nome adotado. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) falou sobre a
188importância da criação dos parques aquícolas e seus comitês gestores, não só pelo fomento à
189produção aquícola, mas também pela premissa de uma segurança ambiental proporcionada.
190Disse que, nos debates ocorridos no âmbito da CTAP, teria sido abordada a via de participação
191indicada pelo Sr. Donizete Tokarski (Consórcios), de representação dos comitês gestores nos
192comitês de bacia. Com isso, e tendo em vista os debates empreendidos nesta reunião, propôs um
193retorno da proposta de Moção para uma revisão do autor, visando esclarecimentos e a
194consideração das contribuições apresentadas. Disse que a idéia principal da Moção seria
195fomentar a integração desse segmento usuário da água ao SINGREH. Houve a concordância de
196todos com o encaminhamento proposto, de retorno ao autor. A Sra. Sonáli Oliveira
197(Concessionárias de energia hidrelétrica) reforçou a importância da promoção de uma
198normatização do Decreto, sugerindo que uma recomendação nesse sentido poderia ser inserida
199na proposta de Moção. Passou-se assim ao **Item 5: Análise da proposta de Moção que**
200**“manifesta o interesse do CNRH na implantação do Programa de Desenvolvimento**
201**Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar” – apresentada pelo Conselheiro**
202**Francisco Lobato.** Considerando a ausência do Conselheiro, assim como do Sr. Gilberto Canali,
203representante indicado para a apresentação da matéria, essa proposta de Moção foi encaminhada
204para a próxima reunião desta CTIL. Por oportuno, o Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês) opinou
205que caberia o envio de uma exposição de motivos acompanhando toda deliberação de outra
206Câmara Técnica encaminhada para análise nesta CTIL, visando, principalmente, evitar o debate
207temático das matérias e promover a elucidação de pontos considerados polêmicos. Com isso,
208propôs que fossem elaboradas, no âmbito desta CTIL, instruções de procedimentos para tais
209encaminhamentos, como forma de agilizar a análise dos temas enviados e também
210consubstanciar os debates. Passou-se então ao **Item 8: Análise da proposta de Resolução que**
211**“aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos recursos hídricos transpostos**
212**da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu” –**
213**encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.** A Sra. Maria
214Aparecida Vargas, Secretária Executiva do CEIVAP, disse que a cobrança fora instituída
215naquele Comitê pelas Deliberações nºs 8, de 2001, e 15, de 2002, e aprovada no âmbito do
216CNRH em suas Resoluções nºs 19, de 2002, e 27, de 2002, tendo sido estabelecidos prazos para
217definições complementares, como a de mecanismos e valores para a cobrança das águas
218transpostas do rio Paraíba do Sul para o Guandu, em pauta neste item. Explicou que, no trecho
219do rio Paraíba do Sul onde ocorre a derivação para a transposição, dois terços da sua vazão seria

220 retirada para o Guandu, inicialmente com o motivo de geração de energia hidrelétrica, que teria
221 se configurado no abastecimento de água para a região metropolitana da cidade do Rio de
222 Janeiro. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) disse ainda que, considerando a publicação
223 da Lei RJ nº 4.247, de 2003, determinando que 15% dos valores arrecadados com a cobrança no
224 rio Guandu seriam destinados ao CEIVAP, fora acordado entre este Comitê e o do rio Guandu
225 que a cobrança pelas águas transpostas seria instituída em concordância com essa Lei estadual,
226 sendo a sua forma definida conforme será apresentado pelo Sr. Patrick Thomas (ANA). Com
227 isso, prosseguiu, ocorrera a edição da Deliberação CEIVAP nº 52, de 2005, (**Anexo VII**), agora
228 encaminhada para aprovação no CNRH, tendo sido analisada no âmbito da CTCOB e originado
229 a proposta de Resolução (**Anexo VIII**) motivo deste item de pauta. Dito isso, convidou o Sr.
230 Patrick Thomas (ANA) a apresentar o histórico da questão. Em sua exposição (**Anexo IX**), o Sr.
231 Patrick Thomas (ANA) informou sobre a Nota Técnica nº 002/2006/SAG-ANA (**Anexo X**) e
232 sobre a cronologia das deliberações do CEIVAP para a instituição da cobrança, com destaque
233 para a de nº 43, de 2005, (**Anexo XI**), que “prorroga o prazo para a definição de metodologia e
234 critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do rio
235 Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu”, mas em caráter improrrogável. Mostrou também o
236 funcionamento do sistema Guandu, seus reservatórios, UHEs, estações elevatórias, etc., inclusive
237 suas características operacionais, com destaque para a interdependência entre os usuários desse
238 sistema, muitas vezes localizados em bacias distintas. O Sr. Patrick Thomas (ANA), em sua
239 apresentação, ressaltou a obrigação contratual assumida pela empresa Light, detentora da outorga
240 de uso da água para a transposição, de atendimento aos demais usuários da bacia do rio Guandu.
241 Prosseguiu demonstrando o atendimento às diretrizes de cobrança estabelecidas na Resolução
242 CNRH nº 48, de 2005. Ratificou que “os valores de cobrança propostos equivalem a um valor
243 unitário de cobrança equivalente a 15% do valor atualmente praticado pela bacia do rio Guandu,
244 cujos mecanismos e valores foram aprovados pelo CERH-RJ (Resolução nº 11, de 2005) e
245 seriam idênticos àqueles propostos pelo CEIVAP e aprovados pelo CNRH (Resolução nº 27, de
246 2002)”. Concluindo, o Sr. Patrick Thomas (ANA) ressaltou as conclusões apresentadas na Nota
247 Técnica da ANA: “(a) considera-se que a Deliberação CEIVAP nº 52, de 2005, apresenta
248 mecanismos adequados e valores de cobrança compatíveis com a capacidade de pagamento dos
249 usuários da bacia hidrográfica do rio Guandu; (b) das seis condições estabelecidas pela
250 Resolução CNRH nº 48, de 2005, cinco já estão atendidas e o atendimento à sexta depende dessa
251 análise e Resolução do CNRH; (c) sugere-se ao CNRH a aprovação dos mecanismos e valores de
252 cobrança pelo uso de recursos hídricos propostos na Deliberação CEIVAP nº 52, de 2005”.

253 Abertos os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a competência dos
254 Comitês para sugerir os valores e mecanismos de cobrança em sua área de abrangência e
255 questionou alguns aspectos apresentados: (a) como a cobrança fora proposta em 15% sobre os
256 valores arrecadados na bacia do rio Guandu, as inadimplências porventura existentes seriam
257 dessa forma repassadas ao CEIVAP?; (b) como a cobrança só seria possível aos usuários sujeitos
258 a outorga, quem seria o sujeito da outorga para a transposição, definido como o responsável pelo
259 pagamento?. A Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) respondeu, respectivamente: (a) com o
260 argumento da impossibilidade da cobrança direta aos usuários do Guandu, pela invasão da
261 dominialidade do Estado, mas destacando que a definição dos procedimentos e formas para essa
262 cobrança seriam da competência da ANA, em etapa posterior a essa de aprovação no CNRH; (b)
263 indicando a existência de uma outorga de uso da água para a Light, na geração de energia
264 hidrelétrica, um uso não consuntivo cuja água, entretanto, não retornaria à bacia do Paraíba do
265 Sul, sendo os demais usuários das águas transpostas considerados sujeitos à cobrança. A Sra.
266 Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) ponderou que o CNRH definiria a
267 Política Nacional de Recursos Hídricos para o País, e sendo assim, deveria atentar para o fato
268 que a aprovação de uma deliberação de Comitê de Bacia (com tudo nela contido) estaria
269 aprovando proposições e critérios que poderiam ser interpretados como sendo para o País como
270 um todo, ressaltando a necessidade de que, portanto, se fosse específico quanto ao que se estaria
271 colocando em pauta para aprovação. Observou que, conforme explicitado na Lei nº 9.433, de
272 1997, a cobrança se daria pelo uso dos recursos hídricos, não havendo na regulamentação
273 vigente alusão se este recursos seria captado, derivado ou transposto. Pelo fato, apontou que seria

274necessária a criação de um instrumento de repasse de recursos financeiros da bacia receptora
275para a bacia doadora pelo benefício da transposição de águas, mecanismo esse que não deveria
276ser denominado “cobrança pelo uso de recursos hídricos transpostos”. Citou o pagamento pelo
277uso da água efetuado pelo Setor Hidrelétrico, feito através dos 6,75% da Compensação
278Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Geração de Energia – CFURH. Neste,
279prosseguiu, dentro do percentual de 6% destinado aos estados, municípios e órgãos da
280Administração Direta da União, estaria contemplado, na parcela destinada aos estados e
281municípios, um mecanismo de repasse de recursos pelo benefício da regularização promovida
282por reservatórios. Nesse caso, informou, estados e municípios possuidores em seu território de
283reservatórios de UHEs promotores de regularização de vazões receberiam repasse de recursos da
284CFURH arrecada sobre a geração de energia em UHEs situadas na cascata que se beneficiaria
285dessa regularização. Finalizando, voltando a ponderar sobre a competência do CNRH de
286definição de uma Política Nacional de Recursos Hídricos, destacou a importância e necessidade
287de que este Conselho se ocupasse sobre esse tema, com o propósito de definição de diretrizes
288para o repasse de recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos no
289caso em que uma bacia seja beneficiada pela água proveniente de outra. Concluiu expressando
290que, para os casos específicos como esse de transposição de águas, deveriam ser estudados
291mecanismos, no âmbito do CNRH, que possibilitassem o repasse para a bacia de origem dos
292recursos arrecadados com a cobrança na bacia beneficiada. Com isso, disse que considerava os
29315% propostos uma forma de repasse dos recursos da cobrança, não efetivamente uma cobrança.
294O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) disse que também não considerava esse repasse
295proposto como uma cobrança pelo uso das águas transpostas. Destacou o trabalho de negociação
296desenvolvido para a definição desse percentual, mediante um acordo destacado como provisório
297na Deliberação CEIVAP nº 52, de 2005. Com essas ressalvas, expôs seu entendimento pelo
298encaminhamento dessa matéria ao Plenário com o parecer positivo desta CTIL. O Sr. Julio
299Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs a inserção de duas premissas no documento: uma para
300responsabilizar a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos – SERLA/RJ junto ao
301CEIVAP, na qualidade de agência de águas da bacia do rio Guandu, conforme a Lei RJ nº 4.247,
302de 2003, pelo não pagamento dos valores referentes a possíveis inadimplências; outra, definindo
303um prazo para a provisoriedade proposta na Deliberação CEIVAP nº 52, de 2005. Em resposta, a
304Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) ratificou seu posicionamento de que a definição dos
305procedimentos e formas para efetivação dessa cobrança seriam da competência da ANA, em
306etapa posterior à aprovação no CNRH. Referindo-se à sugestão da Sra. Sonáli Oliveira
307(Concessionárias de energia hidrelétrica), expôs seu entendimento que, como cada Comitê
308deveria propor os respectivos mecanismos e valores para a cobrança, não caberia a proposição
309apresentada de definições para o País. O Sr. Rafael Filippin (ONGs) destacou o possível caráter
310transitório da questão, ligado à vigência da Lei RJ nº 4.247, de 2003, cuja constitucionalidade
311estaria sendo contestada na ADIN apresentada pela CNI. Sugeriu o encaminhamento favorável
312da questão ao Plenário, com ressalva para a forma pactuada da solução e o seu caráter provisório.
313Nesse momento, às 13h15, a reunião foi interrompida para o período de almoço. O retorno
314ocorreu às 14h45, com o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugerindo, como
315encaminhamento, a admissão de um “considerando” responsabilizando a SERLA pelo repasse
316dos recursos arrecadados, em conformidade com as suas atribuições definidas na Lei nº 4.247, de
3172003, e ainda, com a inserção de uma definição de prazos para a transitoriedade estabelecida. A
318Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP) informou que estaria em debate, no âmbito do CEIVAP,
319a definição de um prazo de três anos para a revisão dos mecanismos de cobrança já
320estabelecidos. Com isso, foi aceita por unanimidade a proposta de inserção na Resolução do
321CNRH de um prazo para a transitoriedade, que ficou definido nesses mesmos três anos. A Sra.
322Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) ratificou a importância da observação
323que a cobrança se daria pelo uso do recurso hídrico, sendo, entretanto, justo um mecanismo de
324repasse dos recursos arrecadados com o uso de águas transpostas, no caso em debate, o montante
325de 15%. Disse ser contrária, neste caso, à utilização do termo “cobrança pelo uso de águas
326transpostas”. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) esclareceu que os mecanismos e valores de
327cobrança seriam definidos no âmbito de cada comitê, os quais, independente da espécie ou

328forma, seriam considerados cobrança. O Sr. Patrick Thomas (ANA) observou que os
329procedimentos para a efetivação da cobrança no CEIVAP seriam uma responsabilidade da ANA,
330não sendo pertinente o seu debate e aprovação no CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
331(SRH/MMA) disse que não seria objetivo desta CTIL o estabelecimento de impedimentos para a
332implementação efetiva do SINGREH, mas sim a busca de uma forma ótima para as deliberações
333do CNRH, considerando-se inclusive o seu caráter nacional. Assim, com o consenso obtido pela
334admissão de um “considerando” explicitando responsabilidades para a SERLA e ainda, pela
335inserção da definição do prazo de três anos, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou
336ao Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA), à Sra. Patrícia Boson (Indústria) e à Sra. Maria
337Aparecida Vargas (CEIVAP) que elaborassem uma sugestão de alteração do texto contemplando
338esses pontos. No aguardo desse trabalho, passou-se então ao **Item 6: Análise da proposta de**
339**Resolução que "estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da**
340**outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento**
341**ambiental" - encaminhada pela CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e**
342**Ações Reguladoras – CTPOAR.** A Sra. Leila Gomes (DAEE-SP), Presidente da CTPOAR,
343lembrou que o tema desta proposta de Resolução (**Anexo XII**) estivera em debate na XIII
344Reunião Ordinária do CNRH, em julho de 2005, quando fora motivo de pedido de vistas. Em
345decorrência dos pareceres então apresentados em sequência, continuou, a proposta fora
346reconduzida para análise no âmbito da CTPOAR, sendo então amplamente debatida, contando
347com uma intensa participação de representantes dos órgãos gestores estaduais e também da
348ANA. Explicou em seguida os objetivos da proposta e indicou que a análise nesta CTIL deveria
349se ocupar dos artigos 4º, 5º e 6º, uma vez que o art. 2º traria definições de termos com as
350devidas citações de fontes. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) afirmou que a Resolução
351definiria competências para os órgãos ambientais, extrapolando as atribuições do CNRH. A Sra.
352Leila Gomes (DAEE-SP) observou que a CTPOAR teria como uma de suas atribuições a de
353propor procedimentos de integração com instrumentos de outras áreas de interligação, sendo este
354o entendimento no âmbito da Câmara para com esta Resolução. O Sr. Rafael Filippin (ONGs)
355opinou que a proposta traria obrigações a serem cumpridas pelo empreendedor interessado, com
356decorrentes obrigações acessórias relacionadas aos órgãos ambientais e de recursos hídricos. O
357Sr. Wilson Bonança (FAESP) observou que seria temerosa a aprovação de uma resolução do
358CNRH com esse conteúdo apresentado, que poderia engessar todo o processo produtivo do setor
359da agricultura. A Sra. Célia Poeta (CETESB-SP) argumentou que a outorga do uso da água seria
360normalmente solicitada em um processo de licenciamento ambiental pela necessidade intrínseca
361de garantia da disponibilidade hídrica no local do empreendimento. Pelo fato, indicou a
362integração proposta pela Resolução como fundamental para o próprio empreendedor. A Sra.
363Adriana Ramos (CERH-MG) relatou que em Minas Gerais essa integração de procedimentos
364viria ocorrendo sem prejuízos de engessamento para os empreendedores. Entretanto, manifestou
365sua discordância com a utilização de uma resolução do CNRH como instrumento para
366regulamentação da questão no âmbito federal. A Sra. Leila Gomes (CERH-SP) ratificou seu
367posicionamento pelo papel da CTPOAR de integração de procedimentos, o que não seria
368possível sem uma indicação mínima de tempos e movimentos. Disse ainda que uma sinalização
369dos atos de integração e a garantia da disponibilidade hídrica seriam totalmente favoráveis ao
370empreendedor. O Sr. Rafael Filippin (ONGs) opinou que seria interessante evitar-se o uso de
371expressões mandatórias na proposta de Resolução. Destacou a demarcação de marcos
372regulatórios como saudável para o empreendedor. O Sr. Marcus Vinicius Silva (Comitês)
373ressaltou que a proposta de Resolução viria a favor da otimização das ações dos empreendedores
374e ainda, que estaria em consonância com os órgãos outorgantes estaduais, pela própria
375participação ativa de seus representantes em sua elaboração. A Sra. Ana Cristina Mascarenhas
376(CERH-BA) enalteceu o documento e disse não ser contrária à proposta apresentada, mas
377observou que, considerando as particularidades do processo de licenciamento ambiental adotado
378no Estado da Bahia, essa proposição de integração de procedimentos poderia se tornar inócua
379naquele Estado. O Sr. Leonardo Mitre (ANA) historiou os trabalhos de elaboração da proposta
380de Resolução em questão, que começou por apresentações dos processos de integração adotados
381nos Estados, para a identificação e consideração dos procedimentos existentes. Em seguida,

382disse, os trabalhos teriam se voltado para as particularidades dos setores usuários, na busca de
383pontos que justificassem procedimentos diferenciados. Explicou a adoção do termo
384“manifestação prévia”, que teria a intenção de definir todos os atos correspondentes, nos
385Estados, a uma reserva de disponibilidade hídrica prévia à outorga. O Sr. Wilson de Azevedo
386Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) destacou a importância para o
387empreendedor de iniciativas para uma máxima unificação de procedimentos. Concluiu que o
388ônus da desarticulação institucional não caberia ao empreendedor, portanto a pertinência da
389proposta de Resolução. A Sra. Ivanoska Miranda (EMA/RN) apontou a proposta em questão de
390integração e unificação como de grande valia para os Estados, sendo que caberia a cada um deles
391efetivar os procedimentos de sua competência. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) relatou que
392a preocupação de não inserção de ordenamentos aos órgãos ambientais fora latente desde o início
393dos trabalhos de elaboração da proposta, estando refletida na sua forma final. Disse que o
394licenciamento ambiental deveria implicar em um processo de articulação, pelo bem do
395empreendedor. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) ratificou seu entendimento no sentido de
396tratar-se uma questão jurídica, lembrando que nem uma lei ordinária da União poderia impor
397atribuições a órgãos estaduais, com muito mais razão não o poderia um ato administrativo, como
398são as resoluções do CNRH. Ressaltou que cada Estado estaria procurando a sua forma para a
399integração dos procedimentos de licenciamento e outorga, conforme evidenciado nesta reunião.
400Concluindo, indicou que, diante do disposto no art. 61, § 1º, II, a c/c/ art.84, VI, da CF, a forma
401de Decreto presidencial seria a mais apropriada para a questão, incidindo apenas sobre os órgãos
402federais ambientais, ou ainda, uma Resolução do CNRH tratando apenas de diretrizes. O Sr.
403Wilson Bonança (FAESP) ratificou seu posicionamento anterior, indicando que o discurso
404apresentando a Resolução como facilitadora seria válido apenas sob o ponto de vista dos
405Estados, trazendo um caráter de opressão sob o ponto de vista do empreendedor. O Sr. Julio
406Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a proposta de Resolução em debate como uma
407oportunidade de avanço para o SINGREH, estando claros nela os cuidados tomados para a sua
408caracterização como diretriz aos Estados, trazendo uma sequência lógica para as ações de
409licenciamento e de outorga. Assim, tendo em vista os debates empreendidos, sugeriu uma
410contagem de votos para a definição do encaminhamento da proposta de Resolução ao Plenário
411do CNRH, anexando-se possíveis manifestações. Foram dez votos favoráveis, com uma ressalva
412do Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) para
413avanços no sentido de não onerar o empreendedor, e um voto contrário, da Sra. Maria Luiza
414Werneck (Indústria), sob o argumento de que a proposta de resolução não poderia ser aprovada
415por razões de natureza jurídica, já que esse seria, justamente, o motivo pelo qual as resoluções
416são apreciadas pela CTIL. Iniciaram-se, em seguida, os debates para as sugestões de alterações
417de texto, ficando a forma final da proposta de Resolução conforme **Anexo XIII**, sendo solicitado
418seu encaminhamento para a deliberação superior do Plenário do CNRH. Com isso, retomou-se o
419**Item 8 de pauta**, com a apresentação das propostas de texto solicitadas, que foram aprovadas,
420ficando a forma final da proposta de Resolução conforme **Anexo XIV**, sendo solicitado seu
421encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH. Passou-se ao **Item 7: Análise**
422**da proposta de Moção que “recomenda a integração dos Sistemas de Informação: SINIMA,**
423**SIAGAS, SIGHIDRO e SNIRH” – encaminhada pela CTPOAR.** A Sra. Leila Gomes (CERH-
424SP) ressaltou essa proposta (**Anexo XV**) como mais uma ação da CTPOAR no sentido da
425integração de procedimentos. Disse que ela fora decorrente dos debates, naquela Câmara, da
426proposta de Resolução do Item 8 de pauta, mais especificamente seu art. 6º. Esclareceu que a
427idéia principal seria o compartilhamento de informações entre os citados sistemas de informação,
428a partir do fomento da SRH/MMA e da ANA, facilitando o acesso de todos os interessados. Com
429a palavra, a Sra. Luciana Valadares (DAÍ/SECEX/MMA) informou sobre a implementação em
430curso do SINIMA, que almejava ser um integrador dessas informações, justamente na forma
431pretendida pela proposta. Opinou que a instância de articulação de tais recomendações seria um
432exercício da SECEX/MMA, inclusive por determinação em Decreto. Iniciaram-se, em seguida,
433os debates para as sugestões de alterações de texto, ficando a forma final da proposta de Moção
434conforme **Anexo XVI**, sendo solicitado seu encaminhamento para a deliberação superior do
435Plenário do CNRH. Passou-se ao **Item 9: Relato das atividades do GT “Água e florestas”, do**

436GT “Resolução ANA nº 399, de 2004”, e do GT “SIAPREH”. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo
437(SRH/MMA) avisou sobre a 5ª reunião do GT Água e florestas, a ser realizada no dia seguinte
438des

439ta reunião, 18 de outubro, sob a coordenação do Sr. Samuel Barrêto (WWF-Brasil). Disse que o
440GT pretendia na ocasião: avaliar a aplicação das recomendações trazidas pela Moção CNRH nº
44135, de 2005; atualizar a proposta de realização de Oficina para debate dos aspectos da integração
442das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação de solos; iniciar a análise
443de uma minuta de proposta de resolução sobre o tema. Sobre o GT “Resolução ANA nº 399, de
4442004”, o Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) relatou a existência de um impasse em seus debates.
445Pelo fato, sugeriu a realização de uma reunião do GT em dia anterior à próxima desta CTIL, com
446a finalidade de encaminhar os dois pontos de vista existentes para análise no âmbito desta
447Câmara. A Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA), coordenadora do GT “SIAPREH”, informou
448sobre a entrega a todos os Comitês do País do questionário de coleta de informações para o
449Sistema, mostrando-o em seguida na tela. Ressaltou a importância do envio de comentários e
450sugestões sobre essa primeira versão digital. Ao final, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)
451destacou o tempo de trabalho desses três GTs e exortou seus integrantes a, o mais breve possível,
452encaminhar resultados para análise no âmbito da Câmara. E assim, às 17h10, agradeceu a
453presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 87ª reunião da CTIL.

454RESUMO DA REUNIÃO:

455- Item 2: aprovada a ata da 86ª reunião da CTIL, com modificações;

456- Item 4: definido o retorno da proposta de resolução para enriquecimento do seu texto,
457considerando as contribuições dos debates, com nova apresentação na próxima reunião desta
458CTIL;

459- Item 3: tendo em vista os debates empreendidos nesta reunião, foi solicitado o retorno da
460proposta de Moção para uma revisão do autor, visando esclarecimentos e a consideração das
461contribuições apresentadas, com retorno para a próxima reunião;

462- Item 5: a análise dessa proposta de Moção foi encaminhada para a próxima reunião desta CTIL.

463- Item 6: foram feitas modificações de aspectos pertinentes à CTIL e solicitado o
464encaminhamento da proposta de Resolução para deliberação superior do Plenário do CNRH;

465- Item 7: foram feitas modificações de aspectos pertinentes à CTIL e solicitado o
466encaminhamento da proposta de Moção para deliberação superior do Plenário do CNRH;

467- Item 8: foram feitas modificações de aspectos pertinentes à CTIL e solicitado o
468encaminhamento da proposta de Resolução para deliberação superior do Plenário do CNRH;

469- Item 9: feitos relatos das atividades dos três GTs, com chamada para a retomada de reuniões do
470GT “Resolução ANA nº 399, de 2004”.

471Ata aprovada na 88ª reunião da CTIL, realizada em 28 de novembro de 2006.

472

473

474

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

475

476

477

478

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo
Relator

479